

Omega Geração S.A

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Omega Geração S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

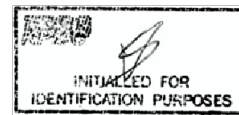
Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2



Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

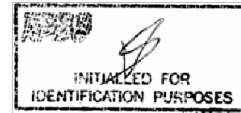
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	15
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

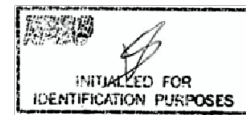
Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

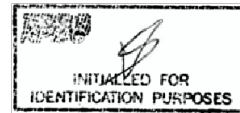
Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	312.610
Preferenciais	0
Total	312.610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	301.421	293.198
1.01	Ativo Circulante	9.324	11.567
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	987	2.312
1.01.01.01	Bancos	88	62
1.01.01.02	Aplicação financeira de liquidez imediata	899	2.250
1.01.03	Contas a Receber	18	2.651
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18	2.651
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	18	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.510	3.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.510	3.153
1.01.06.01.01	IRRF	2.504	3.147
1.01.06.01.06	Outros	6	6
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.809	3.451
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	5.809	3.451
1.01.08.01.01	Outros Créditos	5.809	3.451
1.02	Ativo Não Circulante	292.097	281.631
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.028	8.289
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.028	8.289
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.028	8.289
1.02.02	Investimentos	285.278	272.383
1.02.02.01	Participações Societárias	285.278	272.383
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	285.278	272.383
1.02.03	Imobilizado	380	444
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	380	444
1.02.04	Intangível	411	515
1.02.04.01	Intangíveis	411	515



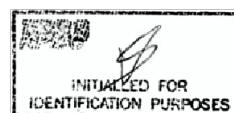
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	301.421	293.198
2.01	Passivo Circulante	2.734	2.875
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.182	2.528
2.01.01.01	Obrigações Sociais	201	278
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.981	2.250
2.01.02	Fornecedores	90	117
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	90	117
2.01.03	Obrigações Fiscais	50	40
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50	40
2.01.03.01.02	Impostos Retidos de Terceiros	4	12
2.01.03.01.03	Impostos a Recolher	46	28
2.01.05	Outras Obrigações	302	0
2.01.05.02	Outros	302	0
2.01.06	Provisões	110	190
2.01.06.02	Outras Provisões	110	190
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	110	190
2.03	Patrimônio Líquido	298.687	290.323
2.03.01	Capital Social Realizado	265.296	265.296
2.03.02	Reservas de Capital	34.451	36.712
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	19.926	19.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	6.028	8.289
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.851	10.851
2.03.02.08	Reserva de Custo com Captação de Recursos	-2.354	-2.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.060	-11.685

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.471	10.672	-793	6.246
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.048	-1.405	-1.870	-4.045
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	37	72	40	79
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.482	12.005	1.037	10.212
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.471	10.672	-793	6.246
3.06	Resultado Financeiro	-1	-47	155	437
3.06.01	Receitas Financeiras	92	221	173	469
3.06.02	Despesas Financeiras	-93	-268	-18	-32
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.470	10.625	-638	6.683
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.470	10.625	-638	6.683
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.470	10.625	-638	6.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02390	0,03399	-0,00204	0,02138
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02316	0,03294	-0,01980	0,02071



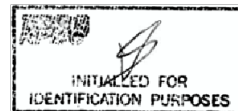
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	7.470	10.625	-638	6.683
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.470	10.625	-638	6.683



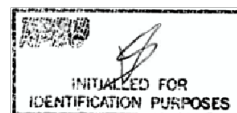
DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	516	-5.630
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.086	-3.291
6.01.01.01	Resultado Antes do Impostos	10.625	6.683
6.01.01.02	Despesa com Depreciação e Amortização	168	201
6.01.01.03	Despesa com Amortização de Ágio	136	36
6.01.01.04	Resultado de Equivalencia Patrimonial	-12.005	-10.211
6.01.01.07	Receita de juros de debêntures sobre controladas	-10	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.602	-2.339
6.01.02.01	Aplicações financeiras	-1.891	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	0	919
6.01.02.04	Impostos e contribuições a recuperar	643	0
6.01.02.05	Outros Créditos	2.176	-1.673
6.01.02.06	Dividendos a receber	815	0
6.01.02.08	Fornecedores	-27	-230
6.01.02.11	Outras contas a pagar	-114	-1.355
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.841	-39
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	0	-15
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	0	-4
6.02.03	Aumento de capital social em controladas	0	-20
6.02.04	Earn out Gargau	-1.841	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.325	-5.669
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.312	11.354
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	987	5.685



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.261	0	0	0	-2.261
5.04.08	Reserva Especial de Ágio	0	-2.261	0	0	0	-2.261
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.625	0	10.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.625	0	10.625
5.07	Saldos Finais	265.296	34.451	0	-1.060	0	298.687

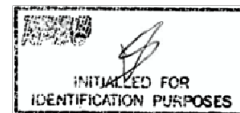




DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

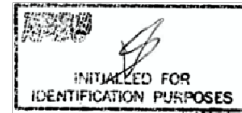
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	312.167	41.232	0	-54.192	0	299.207
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	312.167	41.232	0	-54.192	0	299.207
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.04.08	Reserva Especial de Ágio	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.683	0	6.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.683	0	6.683
5.07	Saldos Finais	312.167	38.972	0	-47.509	0	303.630



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

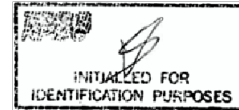
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-523	-990
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-523	-990
7.03	Valor Adicionado Bruto	-523	-990
7.04	Retenções	-303	-238
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-303	-238
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-826	-1.228
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.316	10.760
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.005	10.212
7.06.02	Receitas Financeiras	232	469
7.06.03	Outros	79	79
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.490	9.532
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.490	9.532
7.08.01	Pessoal	-116	2.115
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	732	730
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	250	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.624	6.684
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.624	6.684



DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

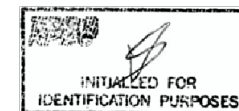
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	761.598	767.926
1.01	Ativo Circulante	72.749	62.456
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.452	27.430
1.01.01.01	Bancos	2.012	2.903
1.01.01.02	Aplicações financeiras de liquidez imediata	23.440	24.527
1.01.03	Contas a Receber	30.949	22.155
1.01.03.01	Clientes	30.949	21.538
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	617
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	0	617
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.776	11.157
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.776	11.157
1.01.06.01.01	IR e CS a recuperar	268	640
1.01.06.01.02	PIS / COFINS	1.234	1.594
1.01.06.01.03	ICMS	2.737	2.757
1.01.06.01.04	IRRF	4.236	5.001
1.01.06.01.05	CSLL	1.295	1.151
1.01.06.01.06	Outros	6	14
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.572	1.714
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.572	1.714
1.01.08.01.01	Outros	6.572	1.714
1.02	Ativo Não Circulante	688.849	705.470
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	38.107	42.774
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	26.474	26.882
1.02.01.01.03	Cauções e depósitos vinculados	26.474	26.882
1.02.01.03	Contas a Receber	656	3.135
1.02.01.03.01	Clientes	656	3.135
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.028	8.289
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.028	8.289
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.949	4.468
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	556	0
1.02.01.09.05	PIS / COFINS a recuperar	4.393	4.468
1.02.02	Investimentos	31.684	28.980
1.02.02.01	Participações Societárias	31.684	28.980
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	31.684	28.980
1.02.03	Imobilizado	598.712	612.628
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	598.712	612.628
1.02.04	Intangível	20.346	21.088
1.02.04.01	Intangíveis	20.346	21.088



DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	761.598	767.926
2.01	Passivo Circulante	62.993	64.513
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.468	2.850
2.01.01.01	Obrigações Sociais	237	313
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.231	2.537
2.01.02	Fornecedores	6.384	4.879
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.384	4.879
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.907	1.562
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.907	1.562
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.391	1.128
2.01.03.01.02	Impostos Retidos de Terceiros	123	58
2.01.03.01.03	Impostos a Recolher	393	376
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.029	33.258
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.029	33.258
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.029	33.258
2.01.05	Outras Obrigações	3.039	5.095
2.01.05.02	Outros	3.039	5.095
2.01.06	Provisões	15.166	16.869
2.01.06.02	Outras Provisões	15.166	16.869
2.02	Passivo Não Circulante	323.190	334.731
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	295.214	308.826
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	295.214	308.826
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	295.214	308.826
2.02.03	Tributos Diferidos	6.287	5.637
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.287	5.637
2.02.04	Provisões	21.689	20.268
2.02.04.02	Outras Provisões	21.689	20.268
2.02.04.02.04	Fornecedores	21.689	20.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	375.415	368.682
2.03.01	Capital Social Realizado	265.296	265.296
2.03.02	Reservas de Capital	34.451	36.712
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	19.926	19.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	6.028	8.289
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.851	10.851
2.03.02.08	Reserva de Custo com Captação de Recursos	-2.354	-2.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.060	-11.685
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	76.728	78.359



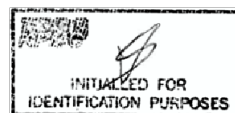
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	41.376	73.202	29.549	74.962
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.629	-33.134	-18.766	-41.943
3.03	Resultado Bruto	23.747	40.068	10.783	33.019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.000	-6.764	-3.830	-7.144
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.737	-5.057	-3.387	-7.537
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20	77	40	79
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.283	-1.784	-483	314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.747	33.304	6.953	25.875
3.06	Resultado Financeiro	-8.442	-17.440	-6.696	-13.519
3.06.01	Receitas Financeiras	2.122	3.670	2.036	3.634
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.564	-21.110	-8.732	-17.153
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.305	15.864	257	12.356
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.564	-3.398	-1.402	-4.092
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.741	12.466	-1.145	8.264
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.741	12.466	-1.145	8.264
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.470	10.625	-638	6.683
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	271	1.841	-507	1.581
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

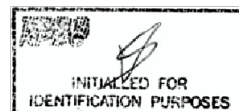
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.741	12.466	-1.145	8.264
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.741	12.466	-1.145	8.264
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.470	10.625	-638	6.683
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	271	1.841	-507	1.581



DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

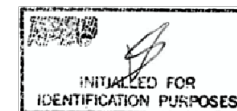
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.368	25.671
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.107	40.525
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	15.864	12.356
6.01.01.02	Despesa com Depreciação e Amortização	14.714	14.061
6.01.01.03	Despesa com Amortização - Ágio	54	53
6.01.01.04	Resultado de Equivalencia Patrimonial	1.784	-314
6.01.01.05	Receita Financeira de Investimentos mantida até o vencimento	-1.533	-1.098
6.01.01.06	Encargos Financeiros	16.390	15.467
6.01.01.07	Receita de juros de debêntures sobre controladas	-10	0
6.01.01.08	Atualização monetária de passivos	844	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.739	-14.854
6.01.02.01	Aplicações Financeiras	-12.104	-12.499
6.01.02.02	Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	12.154	12.183
6.01.02.03	Contas a receber	-6.932	394
6.01.02.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	1.084	2.039
6.01.02.05	Outros Créditos	-2.896	413
6.01.02.08	Fornecedores	2.926	347
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-2.113	697
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-3.062	-3.429
6.01.02.11	Pagamento de Juros	-13.796	-14.999
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-828	-30.680
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-56	-30.588
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	0	-92
6.02.03	Dividendos recebidos	1.069	0
6.02.04	Earn Out Gargaú	-1.841	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.518	-11.155
6.03.01	Captação de empréstimos	0	10.838
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-15.435	-14.973
6.03.04	Pagamentos de Dividendos	-9.083	-7.020
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.978	-16.164
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.430	43.991
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.452	27.827



DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323	78.359	368.682
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323	78.359	368.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.261	0	0	0	-2.261	-3.472	-5.733
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-3.472	-3.472
5.04.08	Reserva Especial de Ágio	0	-2.261	0	0	0	-2.261	0	-2.261
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.625	0	10.625	1.841	12.466
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.625	0	10.625	1.841	12.466
5.07	Saldos Finais	265.296	34.451	0	-1.060	0	298.687	76.728	375.415

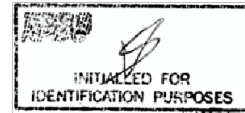




DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	312.167	41.232	0	-54.192	0	299.207	84.822	384.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	312.167	41.232	0	-54.192	0	299.207	84.822	384.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.260	0	0	0	-2.260	-6.134	-8.394
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-6.134	-6.134
5.04.08	Reserva Especial de Ágio	0	-2.260	0	0	0	-2.260	0	-2.260
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.683	0	6.683	1.581	8.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.683	0	6.683	1.581	8.264
5.07	Saldos Finais	312.167	38.972	0	-47.509	0	303.630	80.269	383.899

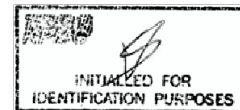


DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	77.732	79.737
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	77.732	79.737
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.009	-32.238
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.257	-30.162
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.757	-2.076
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	5	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	55.723	47.499
7.04	Retenções	-14.767	-14.115
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.767	-14.115
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.956	33.384
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.055	4.025
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.784	314
7.06.02	Receitas Financeiras	3.759	3.632
7.06.03	Outros	80	79
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.011	37.409
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.011	37.409
7.08.01	Pessoal	1.804	3.945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.807	8.227
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.933	16.973
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.467	8.264

Comentário do Desempenho



Relatório de desempenho para o período findo em 30 de junho de 2016.

I. Aos Acionistas

A administração da Omega Geração S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.149.503/0001-06, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Comentário de Desempenho da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

II. Desempenho no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016

Apesar do ambiente econômico ainda desfavorável a Companhia apresentou sólidos resultados no período derivados de seu modelo de negócio focado exclusivamente em ativos operacionais. Objetivamos continuar nosso processo de crescimento de forma sustentável e economicamente saudável, mantendo a qualidade do nosso portfólio, figurando entre os melhores operadores de usinas elétricas do país em termos de custo total do MWh produzido e disponibilidade líquida de nossas unidades, bem como garantir contratos de venda de energia de longo prazo junto a um portfólio de clientes diversificado e qualificado em termos creditícios. Com isso, poderemos pagar dividendos crescentes a nossos acionistas de forma sustentável e longa.

O Resultado Operacional foi de R\$ 33,30 milhões, R\$ 7,43 milhões acima do mesmo período de 2015 apesar da Receita Operacional Líquida de R\$ 73,20 milhões ter sido R\$ 1,7 milhões abaixo do mesmo período do ano anterior, especialmente em função do menor volume de compra e venda de energia de terceiros. O lucro líquido foi de R\$ 12,46 milhões, R\$ 4,20 milhões acima dos seis meses de 2015.

No complexo das Indaiás, a Receita Operacional Líquida no 1º semestre de 2016 aumentou R\$ 4,8 MM, atingindo R\$ 31,0 MM (210.994 MWh) neste ano comparado a R\$ 26,2 MM (154.327 MWh) no mesmo período de 2015.

A Receita Operacional Líquida de Gargaú no 1º semestre de 2016 diminuiu R\$ 1,5 MM, atingindo R\$ 10,0 MM (27.833 MWh) neste ano comparado a R\$ 11,5 MM (33.719 MWh) no mesmo período de 2015 em função da menor geração por questão de recursos.

No complexo Delta 1, a Receita Operacional Líquida no 1º semestre de 2016 diminuiu R\$ 2,0 MM, atingindo R\$ 22,5 MM (198.725 MWh) neste ano comparado a R\$ 24,6 MM (176.065 MWh) no mesmo período de 2015.

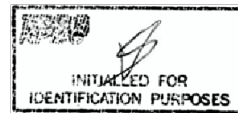
A Receita Operacional Líquida da Comercializadora no 1º semestre de 2016 diminuiu R\$ 2,4 MM, atingindo R\$ 14,3 MM (74.218 MW/h) neste ano comparado a R\$ 16,3 MM (67.780 MWh) no mesmo período de 2015. Esta diferença se dá pela venda de energia no ano de 2015 ocorrer no mercado de curto prazo, com preços de aproximadamente R\$ 365/MWh, enquanto em 2016 a energia foi comercializada com contratos de longo prazo, com preços de aproximadamente R\$ 170/MWh.

O custo e despesa com a operação decresceu de R\$ 49,47 MM no 1º semestre de 2015 para R\$ 38,19 MM no mesmo período de 2016. A variação de R\$ 11,28 MM (-22,8%) se deu, principalmente, pela compra de energia (R\$ 9,5 MM) decorrente de menor PLD e menor despesa de pessoal ratificando nossa estratégia de otimização contínua de estrutura organizacional.

Apesar do pior resultado financeiro, oriundo principalmente do aumento da TJLP, índice que compõe nossos passivos financeiros e maior equivalência patrimonial da SPE, o lucro de R\$ 8,26 MM, no 1º trimestre de 2015, subiu para R\$ 12,47 MM, para o mesmo período de 2016.

Nos termos da Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como das informações trimestrais. Adicionalmente, para fins do disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº. 381/2003, informamos que, atualmente, a Companhia não contrata a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa junto ao Auditor Independente ou por Partes Relacionadas com o Auditor Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à

Comentário do Desempenho



contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as informações contábeis intermediárias e também com o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2016. Estas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas



Omega Geração S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omega Geração S.A. (“Companhia” ou “Grupo” ou “Omega”) sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. A Companhia mantém na Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) o registro de emissor na categoria “A”.

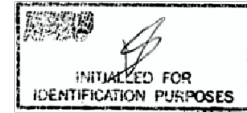
As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

Em 13 de fevereiro de 2015, foi protocolado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais o pedido de alteração da razão social da Companhia de Omega Energia Renovável S.A para Omega Geração S.A., sendo deferido em 23 de Abril de 2015.

O portfólio da Companhia é atualmente composto por três Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas Eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

2 Entidades do Grupo

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

Notas Explicativas**Quadro de participações diretas**

	30/06/16	31/12/15
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande Energia S.A.	100%	100%
Indaiázinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%

Quadro de participações indiretas

	30/06/16	31/12/15
Hidrelétrica Pipoca S.A. (*)	51%	51%
Gargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%

(*) Controle compartilhado

Delta dos Ventos Energia S.A. (“Delta”)

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detêm o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

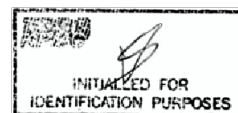
Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detêm autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014.

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 10 de

Notas Explicativas



julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A., por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Companhia detém a totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50,01% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”).

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Gargaú Energética S.A. (“GESA”).

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Notas Explicativas



Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais — ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 8 de agosto de 2016.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

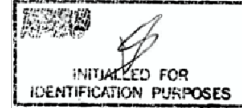
a) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 17 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas dos recursos; e

b) Mensuração do valor justo

Notas Explicativas



Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

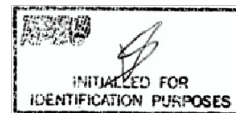
- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 27 – Instrumentos financeiros; e
- Nota 28 – Pagamento baseado em ações.

Notas Explicativas



3.4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo.

4 Principais políticas contábeis

As informações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Bancos	88	62	2.012	2.903
Aplicações financeiras de liquidez imediata	899	2.250	23.440	24.527
	<u>987</u>	<u>2.312</u>	<u>25.452</u>	<u>27.430</u>

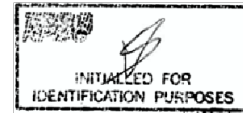
As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxa média de 91,89% do Certificado de Depósito Interbancário em 30 de junho de 2016 (99,76% do Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2015).

6 Clientes

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
CCEAR	9.896	8.391
Proinfa	6.065	9.047
Contratos bilaterais/Curto prazo	15.644	7.235
	<u>31.605</u>	<u>24.673</u>
Circulante	<u>30.949</u>	<u>21.538</u>
Não Circulante	<u>656</u>	<u>3.135</u>

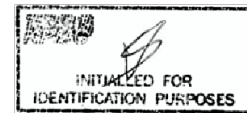
Referem-se aos valores a receber pelo fornecimento de energia. Não há saldos em atraso em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas



Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfa prevêem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

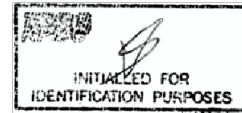
Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), firmados entre as controladas PPE, PBE e PSE com 23 Distribuidoras de energia, a controlada PPE apresenta saldo de contas a receber de R\$656, classificado no ativo não circulante pelo excedente gerado, e as controladas PBE e PSE apresentam situação oposta com um passivo não circulante de R\$1.725 e R\$56, respectivamente, incluídos na rubrica Fornecedores (nota explicativa nº 14). Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), no ano de 2015 houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo de 2016 no montante de R\$5.803, já tendo sido faturado no 1º semestre de 2016 o montante original de R\$2.914, considerando que a geração no 1º semestre de 2016 foi abaixo da energia contratada, gerando então valor a pagar ao longo de 2017 de R\$1.211, resultando em saldo a receber líquido de R\$1.678.

Notas Explicativas**7 Partes relacionadas**

Os acionistas do grupo são Tarpon, Warburg Pincus e Administradores, conforme sua composição acionária na nota explicativa nº 19.

Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Balanco patrimonial				
Ativo Circulante				
Outros créditos				
Omega Energia e Implantação 1 S.A. (a)	657	12	716	12
Omega Energia e Implantação 2 S.A. (a)	1.359	-	1.437	-
Omega Gestora de Recursos S.A. (a)	70	70	70	70
Omega Desenvolvimento S.A. (a)	323	-	336	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda. (a)	21	315	-	-
Porto das Barcas Energia S.A. (a)	713	662	-	-
Porto do Pamaíba Energia S.A. (a)	57	243	-	-
Porto Salgado Energia S.A. (a)	380	395	-	-
Indaia Grande Energia S.A. (a)	109	901	-	-
Indaiazinho Energia S.A. (a)	31	652	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. (a)	70	-	78	1
Gargaú Energética S.A. (a)	44	128	-	-
Omega Energia e Implantação 1 S.A. (d)	1.901	-	1.901	-
Dividendos a receber (b)				
Indaia Grande Energia S.A.	18	671	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	-	912	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	-	617
Asteri Energia S.A.	-	1.068	-	-
	<u>5.774</u>	<u>6.029</u>	<u>4.538</u>	<u>700</u>
Passivo Circulante				
Outras obrigações (a)				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	(140)	-	(177)	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(79)	-	(104)	-
Omega Desenvolvimento S.A.	(13)	-	(27)	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	(70)	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	(40)	-
	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>(348)</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Resultado	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Custos da operação e conservação (c)				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	131	-
Reembolso de despesas (a)				
creditados (debitados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais				
Gargaú Energética S.A.	342	275	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	415	348	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	224	228	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	247	244	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	402	342	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	288	213	-	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	(148)	378	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	313	328	313	328
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	486	-	486	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	1.055	-	1.055	-
Omega Desenvolvimento S.A.	310	-	310	-
	<u>3.934</u>	<u>2.356</u>	<u>2.295</u>	<u>328</u>

(a) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

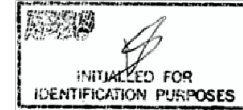
(b) Dividendos relativo ao exercício de 2015.

(c) Refere-se a compra de energia pela controlada Omega Comercializadora com a associada Hidrelétrica Pipoca S.A.

(d) Debêntures emitidas no valor original de R\$1.891, com remuneração de 100% CDI e liquidada em 1º de Julho de 2016.

A Omega Geração S.A. garante obrigações estabelecidas em:

- i) Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaia Grande, Indaiazinho, Delta dos Ventos, PPE, PSE, PBE, Gargaú e Pipoca;
- ii) Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaia Grande, Indaiazinho, PPE, PSE e PBE;
- iii) Fiança bancária firmada por sua coligada Sigma Energia S.A.; e
- iv) Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado por cada uma de suas coligadas Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta.

Notas Explicativas**Remuneração do pessoal chave da administração para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015.**

	<u>30/06/16</u>	<u>30/06/15</u>
Salário / Pró-Labore	723	690
Benefícios Diretos e Indiretos	80	30
Remuneração Variável	<u>1.025</u>	<u>1.189</u>
Total Remuneração	<u><u>1.828</u></u>	<u><u>1.909</u></u>

8 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>30/06/16</u>	<u>31/12/15</u>
PIS/COFINS	-	-	5.627	6.062
CSLL	-	-	1.295	1.151
IRRF	2.504	3.147	4.236	5.001
ICMS	-	-	2.737	2.757
Outros	6	6	6	14
	<u>2.510</u>	<u>3.153</u>	<u>13.901</u>	<u>14.985</u>
Circulante	<u>2.510</u>	<u>3.153</u>	<u>9.508</u>	<u>10.517</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.393</u>	<u>4.468</u>

A rubrica PIS/COFINS compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação do parque eólico de Gargaú, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

A rubrica IRRF na controladora é formada basicamente por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras e, no consolidado, incluem impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

A rubrica ICMS refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção das usinas das controladas Indaia Grande e Indaiazinho.

9 Cauções e depósitos vinculados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/16</u>	<u>31/12/15</u>
Aplicações financeiras	<u>26.474</u>	<u>26.882</u>

O saldo refere-se à aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 15. Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro a seguir:

Empresa	Caução	Instituição	Taxa do CDI	Contrato	30/06/16	31/12/15
Indaiazinho (a)	C.R.S.D.	Itaú	97,57%	Financiamento BNDES Direto	4.407	4.201
Indaiá Grande (a)	C.R.S.D.	Itaú	97,57%	Financiamento BNDES Direto	6.074	6.024
Gargaú (b)	C.C.R.	Itaú	97,57%	Financiamento BNDES Direto	785	800
	C.R.S.D.	Itaú	97,57%	Financiamento BNDES Direto	2.223	2.391
	C.R. O&M	Itaú	97,57%	Financiamento BNDES Direto	595	562
	C.R. Especial	Itaú	97,57%	Financiamento BNDES Direto	2.530	2.686
Complexo Delta (c)	C.R.S.D.	Itaú	100,17%	Financiamento BNDES Direto	7.457	7.561
	C.R. O&M	Itaú	100,17%	Financiamento BNDES Direto	184	175
	C.R. Especial	Itaú	100,17%	Financiamento BNDES Direto	2.219	2.482
					26.474	26.882

- (a) Refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a, no mínimo, seis vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES.
- (b) Refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a três vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES, uma parcela vincenda mantida na conta centralizadora de receitas, três vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção mantida na Conta Reserva de O&M, além do saldo da Conta Reserva Especial (valor mínimo de R\$2.500).
- (c) Refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a três vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES e três vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção mantida na Conta Reserva de O&M, além do saldo da Conta Reserva Especial.

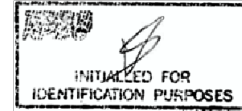
10 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/15	8.289	8.289
Amortização	(2.261)	(2.261)
Saldo em 30/06/16	6.028	6.028

A amortização do ativo fiscal diferido é realizada, de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

11 Investimentos

Notas Explicativas**Movimentação do investimento****Controladora****Movimentação do investimento**

	Asteri	Delta dos Ventos	Indaia Grande	Indaiazinho	OMC	Outros	Total
Saldo em 31/12/15	78.358	88.607	67.460	37.879	721	(642)	272.383
Resultado de equivalência patrimonial	(2.698)	(1.992)	8.622	6.050	2.023	-	12.005
Earn-out Cargaú	-	-	-	-	-	1.841	1.841
Dividendos	1.069	-	-	(234)	(1.650)	-	(815)
Amortização do ágio	-	-	(30)	(7)	-	(99)	(136)
Saldo em 30/06/16	<u>76.729</u>	<u>86.615</u>	<u>76.052</u>	<u>43.688</u>	<u>1.094</u>	<u>1.100</u>	<u>285.278</u>

Conforme o ICPC 09, os direitos de exploração de autorização no montante de R\$18.805 em 30 de junho de 2016 (R\$19.366 em 31 de dezembro de 2015) são classificados como investimentos na controladora e, no consolidado, como intangível.

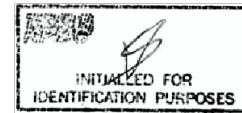
Consolidado

	PIPOCA		
	Custo	Ágio	Total
Saldo em 31/12/15	27.308	1.672	28.980
Amortização do ágio	-	(54)	(54)
Resultado da equivalência patrimonial	2.758	-	2.758
Saldo em 30/06/16	<u>30.066</u>	<u>1.618</u>	<u>31.684</u>

PIPOCA - Informações contábeis

Balço patrimonial	30/06/16	31/12/15
Ativo total	115.514	114.139
Passivo total	56.560	60.593
Resultado do período findo em 30 de junho	2016	2015
Receita operacional líquida	12.157	10.760
Lucro líquido	5.407	2.454

Notas Explicativas



12 Imobilizado

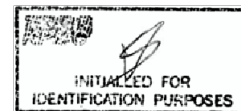
Composição

	Controladora						Consolidado					
	30/06/16			31/12/15			30/06/16			31/12/15		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	514.728	(78.568)	436.160	514.672	(66.567)	448.105
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	113.569	(9.352)	104.217	113.569	(8.159)	105.410
Edificações	-	-	-	-	-	-	50.064	(4.945)	45.119	50.064	(4.270)	45.794
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	12.411	12.411	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	47	(28)	19	47	(26)	21
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	201	(76)	125	201	(69)	132
	-	-	-	-	-	-	691.020	(92.970)	598.051	690.964	(79.091)	611.873
Administração												
Máquinas e equipamentos	668	(448)	220	668	(402)	266	1.196	(717)	479	1.196	(644)	552
Móveis e utensílios	317	(166)	151	317	(150)	167	366	(193)	173	366	(174)	192
Benfeitorias em bens de terceiros	426	(417)	9	426	(415)	11	426	(417)	9	426	(415)	11
	1.411	(1.031)	380	1.411	(967)	444	1.988	(1.327)	661	1.988	(1.233)	755
Total do imobilizado	1.411	(1.031)	380	1.411	(967)	444	693.008	(94.297)	598.712	692.952	(80.324)	612.628

Movimentação no período

	Controladora				Consolidado			
	Valor líquido		Valor líquido		Valor líquido		Valor líquido	
	31/12/15	Depreciação	30/06/16	31/12/15	Adições	Depreciação	30/06/16	
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	-	-	-	448.105	56	(12.001)	436.160	
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	105.410	-	(1.193)	104.217	
Edificações	-	-	-	45.794	-	(675)	45.119	
Terrenos	-	-	-	12.411	-	-	12.411	
Veículos	-	-	-	21	-	(2)	19	
Móveis e utensílios	-	-	-	132	-	(7)	125	
	-	-	-	611.873	56	(13.878)	598.051	
Administração								
Máquinas e equipamentos	266	(46)	220	552	-	(73)	479	
Móveis e utensílios	167	(16)	151	192	-	(19)	173	
Benfeitorias em bens de terceiros	11	(2)	9	11	-	(2)	9	
	444	(64)	380	755	-	(93)	661	
Total do imobilizado	444	(64)	380	612.628	56	(13.971)	598.712	

Notas Explicativas



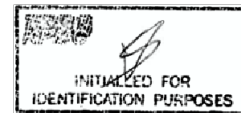
13 Intangível

Composição

	Controladora						Consolidado					
	30/06/16			31/12/15			30/06/16			31/12/15		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	1.121	(889)	232	1.121	(815)	306	1.233	(975)	258	1.233	(890)	343
ERP	921	(786)	135	921	(759)	162	1.701	(1.083)	618	1.700	(1.008)	692
Outros	72	(29)	43	72	(26)	46	130	(29)	101	130	(26)	104
Ágio	-	-	-	-	-	-	23.033	(4.228)	18.805	22.391	(3.025)	19.366
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	624	(61)	563	624	(42)	582
Total do intangível	2.115	(1.704)	411	2.115	(1.600)	515	26.722	(6.376)	20.346	26.079	(4.991)	21.088

Movimentação do período

	Controladora			Consolidado		
	Valor líquido	Amortização	Valor líquido	Valor líquido	Amortização	Valor líquido
	31/12/15		30/06/16	31/12/15		30/06/16
Intangível						
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	306	(74)	232	343	(85)	258
ERP	162	(27)	135	692	(74)	618
Outros	46	(3)	43	104	(3)	101
Ágio	-	-	-	19.366	(561)	18.805
Sistema de Transmissão	-	-	-	582	(19)	563
Total do intangível	515	(104)	411	21.088	(742)	20.346

Notas Explicativas**14 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Fornecedores	90	117	28.073	25.147
	90	117	28.073	25.147
Circulante	90	117	6.384	4.879
Não Circulante	-	-	21.689	20.268

Parte do saldo do não circulante em 30 de junho de 2016 no valor de R\$19.908 (R\$19.063 em 31 de dezembro de 2015) é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas ao fornecedor Gamesa, relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, com atualização pela variação do IPCA, sendo R\$9.954 com vencimento em 2017 e R\$9.954 com vencimento em 2019.

O restante do saldo do não circulante, no valor de R\$1.781, refere-se ao déficit de geração de energia devido pelas controladas Porto das Barcas e Porto Salgado, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

15 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Empréstimo - BNDES	332.356	345.510
Custo de captação	(3.113)	(3.426)
	329.243	342.084
Circulante	34.029	33.258
Não Circulante	295.214	308.826

Movimentação no período – Consolidado

	Principal	Encargos	Custo	
			Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	344.210	1.300	(3.426)	342.084
Amortização BNDES	(15.435)	-	-	(15.435)
Amortização - Custo Transação BNDES	-	-	313	313
Encargos financeiros pagos	-	(13.796)	-	(13.796)
Encargos financeiros provisionados	-	16.077	-	16.077
Capitalização de Juros	2.403	(2.403)	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2016	331.178	1.178	(3.113)	329.243

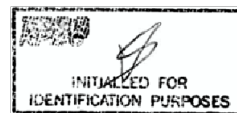
Refere-se aos financiamentos obtidos junto ao BNDES pelas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Gargau, PBE, PPE e PSE, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas



Controlada	Instituição financeira	Valor contratado R\$	Data da contratação	Valor liberado R\$	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Saldo da dívida	
					Início	Fim					30/06/2016	31/12/2015
Indaiaí Grande	BNDES	72.523	junho de 2012	71.972	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,71%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	52.614	55.981
Indaiazinho	BNDES	50.997	junho de 2012	50.547	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	36.919	39.281
Cargaú	BNDES	79.513	outubro de 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,34%	N/A	49.317	51.375
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembro de 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	56.741	58.314
Porto do Pamaíba	BNDES	91.287	dezembro de 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	85.514	87.886
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembro de 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	51.251	52.673
											<u>332.356</u>	<u>345.510</u>

Notas Explicativas



15.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2016	15.922	28.806
2017	31.039	55.982
2018	31.048	53.653
2019 a 2021	92.629	144.715
2022 a 2024	72.610	102.886
2025 a 2027	50.944	66.760
2028 a 2030	38.164	43.086
	<u>332.356</u>	<u>495.888</u>

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados.

15.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 9), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

15.3 Covenants Financeiros

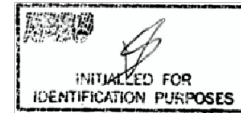
As controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Gargaú, PPE, PBE e PSE estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), medidos anualmente ao final do exercício social, notadamente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e, para Indaiá Grande e Indaiazinho, também o Índice de Capital Próprio (ICP). Para a controlada Gargaú esses índices tem sido atendidos nos últimos exercícios e, para as controladas PPE, PBE e PSE a aplicação desses covenants passou a ser exigida em dezembro de 2015, também atendidos. Para as controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, quanto ao ICSD, foi obtida dispensa de sua apuração em 31 de dezembro de 2015.

Com a finalidade de eliminar a contratação de fianças bancárias como parte das garantias requeridas pelos contratos de financiamento, as controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE apresentam pleito ao BNDES no qual, uma das condições exigidas, é o atendimento dos limites definidos contratualmente para o ICP e ICSD nos últimos doze meses à data-base do pleito que é 30/06/2016, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	ICP		ICSD	
	Exigido	Obtido	Exigido	Obtido
IDG	≥ 25%	53,42%	≥ 1,3	1,40
IDZ	≥ 25%	49,09%	≥ 1,3	1,35
PSE	-	-	≥ 1,1	1,32
PPE	-	-	≥ 1,1	1,54
PBE	-	-	≥ 1,1	1,28

15.4 Cartas de fiança bancária

Cartas de fiança contratadas na data base 30 de junho de 2016:

Notas Explicativas

Empresa	Vencimento	Valor Afiançado	Agente	Objetivo
Gargaú	07/12/2016	190	Banco Itaú Unibanco S.A.	Garantia à fornecedores
Indaiá Grande	06/07/2018	20.418	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	07/11/2016	20.418	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	23/12/2017	31.137	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	19/10/2016	109	Banco Itaú Unibanco S.A.	Garantia à fornecedores
Indaiazinho	06/07/2018	14.652	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiazinho	07/11/2016	14.652	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiazinho	17/11/2017	21.243	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiazinho	19/10/2016	68	Banco Itaú Unibanco S.A.	Garantia à fornecedores
Porto das Barcas	16/06/2017	2.803	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	15/07/2018	29.216	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	15/07/2018	28.500	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Parnaíba	16/06/2017	6.026	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Parnaíba	15/07/2018	45.298	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Parnaíba	15/07/2018	40.000	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	16/06/2017	3.264	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	15/07/2018	25.486	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	15/07/2018	26.000	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos

16 Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Salários e ordenados	201	278	237	313
Provisões trabalhistas	1.981	2.250	2.231	2.537
Impostos a pagar	46	28	393	376
Tributos retidos sobre terceiros	4	12	123	58
	<u>2.232</u>	<u>2.568</u>	<u>2.984</u>	<u>3.284</u>

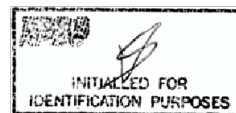
17 Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
OMC (i)	-	-	1.266	2.882
Asteri	-	-	8	2
Omega Geração	110	190	110	190
Porto do Parnaíba	-	-	895	296
Gargaú	-	-	1.312	100
Porto das Barcas	-	-	92	155
Porto Salgado	-	-	33	96
Indaiá Grande (ii)	-	-	6.655	7.691
Indaiazinho (ii)	-	-	4.795	5.457
	<u>110</u>	<u>190</u>	<u>15.166</u>	<u>16.869</u>

(i) As provisões na OMC são relativas à compra de energia não faturadas pelos fornecedores até a data do balanço.

(ii) Os saldos em Indaiá Grande e Indaiazinho consideram valores:

Notas Explicativas



- Retidos de fornecedor, no total de R\$5.689 na controlada Indaiá Grande e R\$2.686 na controlada Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 30; e
- Como consequência da crise hídrica vivenciada no Brasil desde 2014, as usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) sofreram, notadamente no ano de 2015, com o baixo percentual de GSF (*Generation Scalator Factor*) que, naquele ano, reduziu a energia disponível para venda em aproximadamente 20% para essas usinas.

As subsidiárias Indaiá Grande e Indaiazinho, através da ABRAGEL, entraram com ação judicial questionando o alto valor da GSF, pleiteando a limitação da mesma a 5%. Em agosto de 2015, foi emitida decisão judicial liminar determinando que a ANEEL e a CCEE, até o julgamento da ação anteriormente descrita, procedam com a limitação do Fator GSF a 5% para as requerentes.

O montante relativo ao GSF não aplicado originado integralmente no ano de 2015, com amparo na mencionada liminar, foi provisionado e alcançou o montante de R\$2.568 para as controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, incluídos no saldo de Provisões diversas no Consolidado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Em decisão monocrática proferida pela Ministra Vice-Presidente do STJ, na data de 15 de julho de 2016, foi deferido pedido de contracautela formulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela União Federal, suspendendo os efeitos da decisão liminar mencionada anteriormente. Em 22 de julho de 2016, representando sua associadas, a ABRAGEL interpôs agravo regimental contra essa decisão visto que, entre outras condições, a causa tem por fundamento matéria constitucional e, dessa forma, é de competência do Supremo Tribunal Federal.

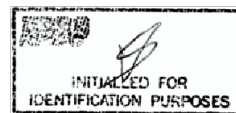
18 Passivo fiscal diferido

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (a)	10.788	10.021
Base Depreciação incentivada (b)	(17.075)	(15.658)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(6.287)</u>	<u>(5.637)</u>

	Consolidado	
	30/06/16	30/06/15
<u>Movimentação no período</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	767	265
Base Depreciação incentivada (b)	(1.417)	(1.505)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(650)</u>	<u>(1.240)</u>

(a) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

Notas Explicativas



(b) Passivo fiscal diferido na controlada Gargaú constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil – RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

19 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$265.296, representados por 312.610.000 ações ordinárias.

Acionistas	30/06/15		31/12/15		
	Ações ON (mil)	%	Ações ON (mil)	%	
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%	192.032	61,43%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%	117.749	37,67%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%	2.829	0,90%
		<u>312.610</u>	<u>100%</u>	<u>312.610</u>	<u>100%</u>

Distribuição dos lucros

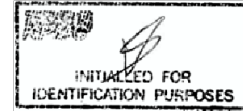
O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembléia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

Na Assembléia Geral Ordinária de Asteri, realizada em 30 de abril de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no valor de R\$ 8.544.

Notas Explicativas***Reserva de custo com captação de recursos***

Constituída pelo custo de transação incorrido na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais da Companhia, no montante R\$2.354.

Reserva de Ágio – Instrução CVM 319

Proveniente do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda. E Hure Holding S.A., ocorrido em 30 novembro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Ágio na subscrição de ações

Reserva referente ao ágio apurado na aquisição de participações societárias.

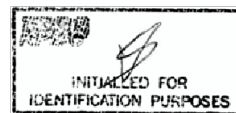
Opções e ações outorgadas reconhecidas

Constituição de reserva no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 28.

20 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	30/06/16		30/06/15	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas	77.730	474.744	79.737	404.892
Vendas Proinfa	11.075	27.833	12.707	33.719
CCEAR	16.402	143.303	16.202	142.516
Vendas Mercado de Curto Prazo	48.539	274.031	42.912	208.131
CCEE	1.714	29.577	7.916	20.526
Impostos	(4.528)		(4.775)	
	<u>73.202</u>		<u>74.962</u>	

21 Custos da operação e conservação

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/06/16	30/06/15
Compra Energia	(12.083)	(21.572)
Depreciação usina	(13.879)	(13.328)
O&M	(4.125)	(3.534)
Taxas Regulatórias	(3.132)	(3.779)
Arrendamento de Terras	(648)	(939)
Pis e Cofins a compensar	1.338	1.693
Seguros	(260)	(288)
Telecomunicação	(163)	(158)
Serviços de terceiro	(51)	(38)
Compra Energia Intercompany	(131)	-
	<u>(33.134)</u>	<u>(41.943)</u>

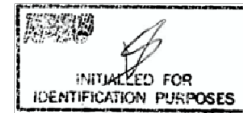
A rubrica Compra de energia refere-se a energia adquirida de terceiros, sendo 130,908 GWh no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 em comparação à 82,601 GWh no mesmo período de 2015. Relativamente apenas à OMC, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, houve a aquisição de energia de terceiros de 66,702 GWh (67,785 GWh no mesmo período em 2015), para atendimento aos seus contratos de venda.

22 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Despesas Pessoal	(454)	(2.709)	(2.207)	(4.470)
Depreciação e Amortização	(303)	(238)	(888)	(786)
Despesas com Serviços de Terceiros	(63)	(207)	(887)	(855)
Despesas gerais e administrativas	(512)	(446)	(845)	(810)
Despesas com ocupação	(12)	(165)	(109)	(285)
Despesas com Seguros	(13)	(25)	(13)	(25)
Despesas com Due Diligence	(21)	(234)	(21)	(234)
Tributos	(27)	(21)	(87)	(72)
	<u>(1.405)</u>	<u>(4.045)</u>	<u>(5.057)</u>	<u>(7.537)</u>

A partir de janeiro de 2016, houve incremento de montante de transferência de despesas de pessoal e gerais para outras empresas do grupo, pela maior aplicação da estrutura de pessoal da Controladora em atividades daquelas. Além disso, houve no 1º trimestre de 2016 o crédito na rubrica de Despesas Pessoal na Controladora e no Consolidado, nos montantes de R\$353 e R\$355, respectivamente, correspondente ao excedente da provisão de participação de lucros sobre os resultados para os colaboradores constituída no exercício de 2015.

23 Receitas (despesas) financeiras líquidas

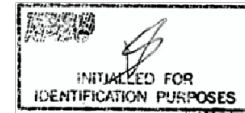
Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	89	410	3.465	3.494
Receita Debêntures	13	-	13	-
Outras receitas	130	59	281	140
Pis e Cofins sobre receita financeira	(11)	-	(89)	-
	<u>221</u>	<u>469</u>	<u>3.670</u>	<u>3.634</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(16.077)	(13.966)
IOF	-	(11)	(4)	(14)
Comissão sobre Fiança	-	-	(3.349)	(2.547)
Assessoria financeira	-	-	(313)	(362)
Outras despesas	(268)	(21)	(1.367)	(264)
	<u>(268)</u>	<u>(32)</u>	<u>(21.110)</u>	<u>(17.153)</u>
	<u>(47)</u>	<u>437</u>	<u>(17.440)</u>	<u>(13.519)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	30/06/16	30/06/15
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.864	12.356
Alíquota corrente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(5.394)	(4.201)
Exclusão de natureza permanente - amortização de ágio	(2.261)	(2.261)
Exclusão de natureza permanente - despesas indedutíveis	(1)	(5)
Equivalência patrimonial	938	426
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	3.991	1.381
Outros	(671)	568
	<u>(3.398)</u>	<u>(4.092)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>-21,4%</u>	<u>-33,1%</u>

Notas Explicativas**25 Resultado por ação**

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação básico e diluído por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

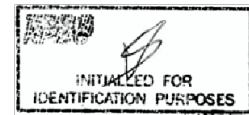
	<u>30/06/16</u>	<u>30/06/15</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	10.625	6.683
Denominador		
Média ponderada do número de ação	<u>312.610</u>	<u>312.610</u>
Lucro por ação básico (R\$)	<u><u>0,0339867</u></u>	<u><u>0,0213774</u></u>
Numerador		
Lucro líquido do período	10.625	6.683
Denominador		
Média ponderada do número de ação, ajustada pelas opções de ações	<u>322.582</u>	<u>322.582</u>
Lucro por ação diluído (R\$)	<u><u>0,0329361</u></u>	<u><u>0,0207166</u></u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas informações contábeis intermediárias. Para cálculo do denominador utilizado para fins de cálculo do lucro por ação diluído, a Companhia utilizou o plano de opções de compra de ações no total de ações de 9.972 mil.

26 Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros com a cobertura contratada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 30 de junho de 2016 para as subsidiárias referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional são:

- Omega Geração S.A. – A cobertura é de R\$ 19.000, vigente durante o período de 18/09/2015 até 18/09/2016 e o prêmio anual é de R\$ 21.
- Omega Geração S.A. – A cobertura é de R\$ 3.000, vigente durante o período de 22/06/2016 até 22/06/2017 e o prêmio anual é de R\$ 1.
- Indaiá Grande S.A. – A cobertura é de R\$ 173.359, vigente durante o período de 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$ 104.
- Indaiázinho S.A. - A cobertura é de R\$ 113.351, vigente durante o período de 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$ 77.



Notas Explicativas

- Gargaú Energética S.A. – A cobertura é de R\$195.700, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$128.
- Porto das Barcas Energia S.A. – A cobertura é de R\$101.170, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$62.
- Porto do Parnaíba Energia S.A. – A cobertura é de R\$143.018, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$90.
- Porto Salgado Energia S.A. – A cobertura é de R\$104.293, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$62.

27 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de regulação
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

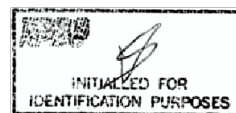
Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Cauções e depósitos vinculados mantidos com bancos e instituição financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Nota	Consolidado	
		30/06/16	31/12/15
Caixas e equivalentes	5	25.452	27.430
Clientes	6	31.605	24.673
Outros Créditos		6.572	1.714
Cauções e depósitos Vinculados	9	26.474	26.882
		<u>90.103</u>	<u>80.699</u>

Risco de regulação

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia e subsidiárias, baseadas em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, consideram que os investimentos oriundos do projeto básico nas pequenas centrais hidrelétricas, bem como aqueles realizados posteriormente e devidamente autorizados pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de autorização e que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão, serão reembolsados pelo Poder Concedente.

Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP.

O risco de mercado referente à juros está apresentado em quadro no tópico “Análise de sensibilidade dos passivos financeiros”.

Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

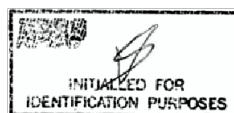
Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação da TJLP, indexador dos financiamentos junto ao BNDES.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e subsidiárias estão expostas, na data de 30 de junho de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável para os próximos doze meses a partir de 30 de junho de 2016 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para os próximos doze meses. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Exposição em	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
30/06/16				
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	variação da TJLP	4.912	6.140	7.368
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	variação da TJLP	3.381	4.226	5.072
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	variação da TJLP	4.464	5.580	6.696
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PORTO DAS BARCAS	variação da TJLP	5.212	6.515	7.818
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PORTO SALGADO	variação da TJLP	4.708	5.885	7.062
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PORTO PARNAIBA	variação da TJLP	7.855	9.819	11.783
Total		<u>30.532</u>	<u>38.165</u>	<u>45.799</u>

Notas Explicativas



Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 15.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo pode utilizar instrumento de debêntures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com o intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. Em 30 de junho de 2016, a Companhia não mantém esses instrumentos.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas tem sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

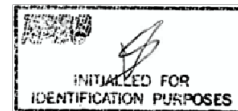
Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Categoria
	30/06/16	31/12/15	
Caixas e equivalentes	25.452	27.430	A
Cauções e depósitos vinculados	26.474	26.882	B
Clientes	31.605	24.673	C
Outros Créditos	6.572	1.714	C
Financiamentos	329.243	342.084	D
Fornecedores	28.073	25.147	D

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas



- B - Mantidos até o vencimento
- C - Empréstimos e recebíveis
- D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$2.012 em 30 de junho de 2016 (R\$2.903 em 31 de dezembro de 2015) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata e Cauções e depósitos vinculados, no montante de R\$49.914 em 30 de junho de 2016 (R\$51.409 em 31 de dezembro de 2015).

28 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

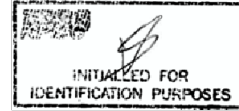
Programa	Outorgado	Strike (R\$/ação)	Outorga	Vesting
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	1.384.642	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

A Companhia reconhece o valor da opção na medida em que os serviços forem sendo prestados pelos empregados, ao longo do período, entre outorga e vesting.

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, objeto do plano e ainda não ocorrido, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Companhia.

Notas Explicativas

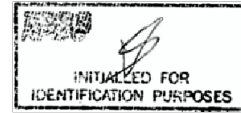


29 Compromissos

Os empreendimentos tem como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Omega Comercializadora mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, no montante médio anual de 7,5 MW em 2016 e de 5,25 MW entre 2017 e 2022.

Notas Explicativas



30 Passivos judiciais

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiazinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no valor de R\$ 9,35 milhões, em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante de até R\$ 20,58 milhões, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração da Companhia classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial, e como chance de perda remota o pleito do fornecedor.

31 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Omega Geração S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Omega Geração S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Omega Geração S.A, declara que:

Reviram, discutiram e concordam com as Opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia do período findo em 30 de junho de 2016.

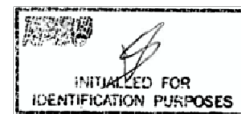
São Paulo 08 de agosto de 2016

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho

Diretor Presidente

Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Diretor Financeiro



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Omega Geração S.A, declara que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia do período findo em 30 de junho de 2016; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia do período findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo 08 de agosto de 2016.

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho

Diretor Presidente

Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Diretor Financeiro

